

Notícias Sindicais, 18/03/14

Portal da CUT

Greves na construção civil sacodem o país por aumento real e direitos

17/03/2014

Somente no primeiro trimestre deste ano greves já pararam mais de 200 mil trabalhadores do setor

Escrito por: Camila Caresia - Conticom

Desde o começo deste ano o movimento grevista tem se espalhado no ramo da construção. Com mobilizações em todas as regiões do país, os operários defendem aumento real de salário, cesta básica, alojamentos decentes, horas in itinere, entre outras reivindicações. Só no primeiro trimestre deste ano, as greves já pararam mais de 200 mil trabalhadores do setor, que é um dos mais penalizados no Brasil pela informalidade, brutal rotatividade e acidentes.

CAMINHADA - O Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Construção Civil, assinado pelos trabalhadores, governo e empresários é um importante passo, na busca do Contrato Coletivo Nacional, mas precisa ser aprofundado para conseguir os resultados pelos quais os trabalhadores tanto lutaram. Precisa, por exemplo, incluir as empresas terceirizadas e fazer com que o documento seja implementado pelas empresas que assinaram o compromisso.

O Contrato Coletivo Nacional prevê uma pauta única para todos os trabalhadores do ramo, em que todos, independente do estado em que atua ou do tamanho da obra, recebam salários iguais e tenham as mesmas condições e benefícios. A pauta é resultado de um esforço unitário de sindicatos, federações e confederações vinculadas a diferentes centrais sindicais.

(IN)JUSTIÇA - Outro grave problema a ser enfrentado é o papel da Justiça frente às mobilizações, pois de aliada na luta para garantir o direito dos trabalhadores e um importante mediador de conflitos, vem sendo utilizada para sufocar o movimento sem resolver os conflitos. As dificuldades não são poucas, mas as mobilizações pelo país têm mostrado a disposição dos trabalhadores em avançar com as conquistas na construção de um trabalho decente e uma vida mais digna.

Portal da CUT

OIT alerta que contrato clássico de trabalho pode acabar

17/03/2014

Organização debate tema esta semana em Genebra e diz que "é preciso adotar um quadro regulamentar e institucional que garanta a proteção e a segurança dos trabalhadores"

Escrito por:

O declínio do contrato com duração indeterminada e a polarização da mão de obra são duas tendências importantes que começam a marcar o mundo do trabalho nos países desenvolvidos e devem se propagar nos emergentes, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O conselho de administração da entidade, reunido nesta semana em Genebra, examinará as conclusões de um seminário com governos, acadêmicos e parceiros sociais, que apontou inquietações sobre efeitos desestabilizadores das novas tendências.

Primeiro, o contrato de trabalho clássico com duração indeterminada parece ter os dias contados. Esse modelo tinha se tornando a norma desde metade do século passado, oferecia estabilidade e previsibilidade para os trabalhadores e permitia melhorar seu nível de vida em vários países.

Agora, técnicos da OIT constataam que o número de trabalhadores com relação de trabalho permanente continua a diminuir, e outras modalidades se multiplicam, no rastro de desenvolvimento tecnológico, globalização, liberalização comercial, maior concorrência e políticas de austeridade.

"O contexto social e econômico do trabalho mudou irremediavelmente, e as novas modalidades respondem às necessidades diversas tanto de empresas como de trabalhadores", destaca documento do seminário que o conselho de administração da OIT examinará. "É preciso se adotar um quadro regulamentar e institucional que garanta a proteção e a segurança, sem que seja forçosamente vinculado a um contrato de trabalho clássico".

Várias experiências vem sendo estudadas para atenuar os efeitos negativos dessa desregulação. A Itália adotou mais de 40 tipos de contratos de trabalho, para garantir um mínimo de proteção ao trabalho. A Austrália criou novas formas de seguro social, não mais vinculados ao emprego. Vários países procuram facilitar a transição entre empregos. A Alemanha criou novas formas de barganha coletiva. O Japão adotou novos modos de resolução de disputa, de forma individual e não mais coletiva.

Ocorre que o modelo mais examinado, o "flexi-segurança" dos países nórdicos, para dar flexibilidade para a empresa demitir e uma proteção ao trabalhador, até agora só foi bem sucedido na Dinamarca. Nem seus vizinhos ricos conseguem garantir o custo desse tipo de programa. E a

constatação, inclusive dos empregadores, na OIT é de que "há limites para flexibilidade" no mundo do trabalho.

Quanto à polarização da mão de obra, consiste na diminuição da proporção de empregos medianamente qualificados e remunerados. Agora, o emprego parece se concentrar mais no muito qualificado ou no pouco qualificado. A maioria dos trabalhadores, com qualificação média, ou se aperfeiçoa para enfrentar a concorrência do alto ou vai ter de aceitar emprego abaixo de sua capacidade e com salário menor.

"O que vai acontecer com a maioria dos trabalhadores, que está no médio da curva?", indaga Roy Chacko, analista da OIT. "Essas questões não aparecem ainda no radar de algumas autoridades, mas em breve vão aparecer. Forças da globalização, tecnologia, transição demográfica e mudança climática vão ter impacto em cada aspecto do mundo do trabalho".

A OIT tem alertado que ganhos de produtividade não são repartidos de forma equitativa, abocanhados em grande parte pelos que se encontra no alto da escala de renda. A entidade aponta ainda o super endividamento de famílias e as bolhas especulativas como consequências dessa evolução.

O documento que o conselho de administração da OIT examinará diz que as políticas de austeridade, adotadas durante a crise global, prejudicaram os serviços públicos essenciais, transferência sociais e investimentos em infra estrutura, todos com efeitos sobre a renda das famílias pobres.

Alerta que os sistemas de seguridade social vem sendo questionados em mais de 80 países, no rastro da crise. E julga que a política de moderação salarial dos últimos dez anos tanto aumentou a desigualdade de renda, como freou o crescimento econômico e pode favorecer tendências deflacionistas, sobretudo na zona do euro.

Alerta também que a proliferação de formas de emprego precário atípicos contribuiu para reduzir os salários, enfraqueceu a negociação coletiva e, na prática, negou os direitos fundamentais ao trabalho de uma categoria cada vez maior da mão de obra. "Isso deu espaço a formas extremas de maximização dos lucros, explosão do consumo de produtos de luxo e uma má alocação de recursos para fins especulativos", afirma.

Fonte: reportagem publicada no Valor Econômico desta segunda-feira (17)

Agência Brasil, 17/03/14

Termina greve dos trabalhadores do Comperj

Douglas Corrêa - Repórter da Agência Brasil Edição: Lílian Beraldo

Depois de 40 dias de paralisação, terminou hoje (17) a greve dos trabalhadores das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). A decisão foi tomada em assembleia que reuniu cerca de 20 mil operários pela manhã, no Trevo da Reta, no entroncamento da RJ-116 com a BR-101, em Itaboraí, região metropolitana do Rio. Os empregados retornaram ao trabalho imediatamente.

A greve foi encerrada com a proposta de aumento linear de 9%, pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) até a próxima sexta-feira (21), vale alimentação de R\$ 410, mais um vale extra e o pagamento de oito dias parados. Os trabalhadores queriam 15% de reajuste e vale-alimentação de R\$ 500.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Plano da Construção Civil e do Mobiliário de São Gonçalo e Região (Sinticom), Manoel Vaz, disse que a categoria aceitou a proposta e pôs fim à tentativa de partidização do movimento feita por um pequeno grupo.

Segundo Vaz, "conseguimos recuperar os salários de fevereiro, o vale-alimentação de janeiro e mais um vale-alimentação extra, os dias parados serão compensados da maneira que melhor convier ao trabalhador. Gostaria de ressaltar que não vamos permitir que o trabalhador seja usado como massa de manobra. Desde quando assumimos o mandato neste sindicato, em 2006, temos buscado incessantemente a valorização do trabalhador", disse.

Agência Brasil, 18/03/14

Professores da rede municipal de ensino de Curitiba entram em greve

Paula Laboissière - Repórter da Agência Brasil Edição: Davi Oliveira

A greve dos professores da rede municipal de ensino de Curitiba (PR) começou nesta segunda-feira (17) e foi convocada por tempo indeterminado. As principais reivindicações dos professores incluem discussão sobre a forma de enquadramento no plano de carreira, a contratação de mais profissionais e a composição da jornada em hora-aula.

De acordo com o Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (Sismmac), na última sexta-feira (14), os pais foram avisados sobre a greve por meio de panfletagem feita nas próprias unidades de ensino.

Seminário aponta formas de combater a rotatividade no país

Terminou na última quarta-feira (12) o "1º Seminário sobre Rotatividade no Mercado de Trabalho - Diagnósticos e Propostas de Enfrentamento", realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Brasília. Durante os dois dias do encontro, 11 e 12 de março, foram discutidas as causas e consequências da rotatividade e formas de combatê-la.

O seminário visa chamar a discussão sobre o fenômeno que, no Brasil, apresenta um comportamento "sui generis", sobretudo tendo em mente os elevados patamares alcançados, especialmente nos setores de serviços (60%), comércio (64%), agricultura (92%), construção civil (115%) e em alguns ramos da indústria de transformação (53%).

A taxa de rotatividade global do país, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2012, é da ordem de 64%. O índice em 2012 foi de 43%. Para discutir a questão, o encontro contou com a participação de importantes instituições e pesquisadores do governo, além de trabalhadores e empregadores.

Demissões imotivadas

Durante o seminário, o Dieese apresentou estudo feito em parceria com o MTE com os principais motivos para o aumento da rotatividade no emprego. São eles: ausência de mecanismos que limitem a demissão imotivada; baixa preocupação do empresariado com o investimento em qualificação de empregados; disponibilidade de oferta de mão de obra (ou ocupada de maneira precária) sem proteção laboral e social; baixa escolaridade dos empregados; e substituição de trabalhadores mais antigos pelas empresas, como forma de reduzir o custo do trabalho.

Estrutura heterogênea

Embora se esperasse que a redução do desemprego levasse à diminuição da pressão sobre o seguro-desemprego, como acontece na Europa, isso não ocorre no Brasil. Segundo avaliação do Dieese, o mercado de trabalho brasileiro, além de apresentar, no início dos anos 2000, as maiores taxas de desemprego de sua história, ainda o fazia sobre uma estrutura ocupacional heterogênea, com informalidade alta e crescente.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que na última década houve redução de desemprego e aumento da formalização do mercado de trabalho, também cresceu o universo de trabalhadores incluídos no sistema de proteção com o seguro-desemprego. Passou também a existir demanda por uma força de trabalho que não é respondida em quantidade e qualidade.

Terrível mal

Em uma das mesas de debate, a CTB foi representada por Joílson Cardoso, um de seus vice-presidentes. O dirigente elogiou o evento, mas salientou a necessidade o Dieese continuar suas pesquisas sobre o tema, estudando-o setor por setor, para que a realidade de cada categoria venha a ser mais conhecida pela sociedade.

Joílson Cardoso definiu a rotatividade no Brasil como um "terrível mal, tão ruim quanto a estagnação do emprego". Para o dirigente da CTB, é preciso trazer à tona as divergências existentes entre o movimento sindical e o empresariado. "O que vemos sempre é uma reestruturação administrativa e tecnológica do empresariado, sem qualquer tipo de resposta social quando ocorrem demissões. Não se pode pensar apenas no lucro, mas também nas consequências sociais de suas decisões", ponderou.

Qualificação e preconceitos

Para Joílson Cardoso, o atual sistema de empregos no Brasil não se sustenta com um nível de rotatividade tão elevado, mesmo em um cenário com pouco desemprego como o atual.

O dirigente atacou a ideia de que falta mão de obra qualificada em determinados setores, conforme atestam muitos empresários. "Existe muita dispensa de mão de obra qualificada. Os empresários, no entanto, dizem que falta gente qualificada. O que ocorre em muitos casos é a mera troca por mão de obra mais barata". Para ele, outro grave problema diz respeito a algumas minorias. "A rotatividade vem sempre acompanhada de injustiças muito grandes, especialmente com uma carga de discriminação, pois os negros e as mulheres são os mais afetados".

O que a CTB defende

Joílson Cardoso destacou um número importante nessa discussão: 50% dos cerca de 46 milhões de empregos formais existentes no Brasil são remunerados com valores inferiores a dois salários mínimos.

Diante desse cenário, a CTB defende algumas ações políticas estruturais: mais e melhores empregos, redução da jornada para 40 horas semanais (pois além de gerar empregos acaba por melhorar a qualidade dos existentes) e a defesa da Convenção 158 da OIT, que trata de demissões imotivadas.

Para a CTB, também é importante que o movimento sindical e o governo federal tratem de alguns temas relevantes, como o fim da intermediação da mão de obra, investimentos maciços em qualificação profissional vinculada ao desenvolvimento regional e também na valorização do seguro-desemprego – “cujo valor é muito baixo no Brasil, certamente um dos menores do mundo”, segundo o vice-presidente da CTB.

Daiana Lima e Fernando Damasceno – Portal CTB

Portal CTB

Radialistas sergipanos lançam Rádio Imprensa FM

Um instrumento para fortalecer a comunicação entre os radialistas de Sergipe. Esse é o objetivo da Rádio Imprensa FM que será inaugurada na próxima sexta-feira, às 7h30, durante café da manhã promovido pelo Sindicato dos Radialistas de Sergipe (Sterts).

Para Antônio Fernando Cabral Ferreira, presidente da entidade e idealizador do projeto, a emissora terá uma programação diversificada, e deverá priorizar a informação, a veiculação de spots educativos sobre amamentação, alimentação saudável e outros temas, e do que há de melhor na música popular brasileira.

“Vamos abrir espaço para os artistas sergipanos, que também estão inseridos na MPB. Quem sintonizar a rádio terá a oportunidade de ouvir Luiz Gonzaga e Elba Ramalho, por exemplo, mas também irá escutar Amorosa e Erivaldo de Carira, dois grandes cantores e compositores sergipanos”, esclarece.

E a Rádio Imprensa FM já começa gerando emprego. Três radialistas, que estavam desempregados, foram contratados para trabalhar, mas a ideia é que a rádio seja administrada como uma empresa, que tenha independência financeira.

“Queremos provar que ter uma rádio é viável. Isso vai servir, inclusive, de argumento para a nossa campanha salarial, porque, na mesa de negociação, os patrões sempre alegam que estão no vermelho, o que não é verdade”, afirma. Cabral se baseia em uma pesquisa da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), feita pelo Ibope, que comprova um aumento de 10% no faturamento das rádios e tevês abertas em 2013.

Fonte: CTB-SE

Portal da UGT

UGT e Proteste promovem manifesto contra péssimos serviços de telefonia

“Não podemos permitir custos elevados e péssima qualidade dos serviços. Isso é um roubo ao consumidor. O marco regulatório da telefonia vai trazer as regras para o setor”. A afirmação é do presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, durante manifesto em defesa da melhoria dos serviços de telefonia realizado, nesta quinta-feira (13), na Câmara dos Deputados, em Brasília.

A manifestação foi organizada pela UGT em conjunto com a PROTESTE Associação de Consumidores. Os manifestantes carregavam cartazes e panfletos elencando os principais problemas enfrentados pelos usuários do setor, que ocupa o topo das listas de reclamações de entidades ligadas a defesa do consumidor.

Na lista de demandas, os manifestantes pedem mais qualidade dos serviços, suspensão de venda de planos pelas operadoras com maior número de reclamações, melhoria na fiscalização e punição do setor, faturas mais transparentes, redução do valor da assinatura básica do telefone fixo e a participação dos trabalhadores nas decisões da Anatel.

“Vamos estabelecer via acordo, ou via projeto de lei uma mudança definitiva para o setor. Não é possível vender 264 milhões de aparelhos telefônicos com uma estrutura que não atende a 100 milhões. Alguém está ganhando com isso, e não é o consumidor”, declarou o deputado federal e vice-presidente nacional da UGT, Roberto Santiago (PSD).

Segundo a coordenadora institucional da Proteste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor), Maria Inês Dolci, o setor de telefonia é o campeão de reclamações entre os consumidores.

“Desde as privatizações recebemos inúmeras reclamações em torno da qualidade dos serviços, falhas das mais diversas. Várias ações judiciais já foram ingressadas, inclusive, contra quatro operadoras de celular pela má prestação dos serviços de internet 3G. O consumidor deve pagar de acordo com aquilo que ele recebe”, pontuou a coordenadora.

Na quarta-feira, dia 12, Ricardo Patah participou da comissão que foi recebida pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Segundo ele, a posição de Alves foi apoiar o movimento.

A comissão entregou a Alves um levantamento feito pela Associação Brasileira de Defesa do Consumidor em que aponta, por exemplo, defeitos no sistema 3G da telefonia móvel. "Como o país quer criar o 4G?", questionou Patah.

Ao declarar que é "mais uma vítima da falta de qualidade da telefonia", o presidente da Casa prometeu conversar com as operadoras que atuam no país. Patah confirmou que a reunião foi marcada para quarta-feira (26) e a estratégia, caso não seja fechado um acordo, é reunir todos os projetos de lei em andamento na Câmara para tentar apontar uma saída para os problemas relatados por consumidores.

da Redação da UGT com Agência Brasil

Portal CSB

CSB apoia a mobilização nacional da Polícia Federal

Entidade tem trabalhado junto com a Fenapef para que haja diálogo com o governo e as reivindicações sejam atendidas

A CSB manifesta apoio à luta e à mobilização pelo reajuste salarial, pela criação de um plano de carreira e melhores condições de trabalho dos agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal. O salários da categoria não é reajustado há sete anos, e a defasagem acumulada no período chega a 45%. A paralisação da Polícia Federal entra no terceiro dia; já são 72 horas de manifestações em Brasília e em todos os estados.

Segundo Flávio Werneck, vice-presidente da CSB, diretor da Fenapef e presidente do Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal (Sindipol-DF), a CSB vem sendo uma grande parceira na luta dos policiais federais, dando todo o apoio, abrindo a agenda e auxiliando na análise política. "Esse apoio é fundamental para que cheguemos a um denominador comum com o governo e para conseguirmos resolver o problema. Esse respaldo, seja político ou dentro do movimento, é essencial", avalia.

A luta dos policiais federais começou em 2012, e, passados dois anos, o Governo Federal não apresentou nenhum posicionamento ou acordo que fosse favorável à categoria. No entanto, em novembro de 2013, a CSB conseguiu organizar um reunião com o vice-presidente da República, Michel Temer, para que o diálogo fosse mais aberto e direto com a Presidência. "Essa abertura que a CSB, junto com Antonio Neto, conseguiu foi fundamental para que a nossa voz começasse a ser ouvida pelo governo. Não importa quantos anos demore, não iremos desistir. Não somos invisíveis e não podemos ser ignorados pelo poder público. A população está conosco e defende a nossa causa", disse o presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Estado de Minas Gerais (Sinpef-MG), Rodrigo Porto, que está em Brasília com 100 policiais representando o estado. Em Minas Gerais, 70% da categoria está em greve.

Também está em Brasília o presidente do Sindicato dos Policiais Federais de São Paulo (SINDPOLF-SP), Alexandre Sally. De acordo com o dirigente, a possibilidade de o governo oferecer um acordo que seja positivo para a classe é grande. "Nossa paralisação tomou corpo, e a cada nova manifestação ficamos mais dias parados. Dessa vez foram três, na próxima ficaremos quatro dias, e se não chegarmos a um consenso ficaremos até um mês parados se for necessário. Virou uma questão de honra. Ou conquistamos o que merecemos, ou o Brasil vai parar", ressalta.

Para Alexandre Cavalcanti, presidente da Fenapef e do Sindicato dos Policiais Federais do Rio Grande do Norte (SINDPOLF-RN), a conscientização da população sobre a importância das ações da PF é o que vai contribuir para que as reivindicações da categoria sejam atendidas. "A sociedade desconhece as atribuições da Polícia Federal, mas nós somos os responsáveis pelo controle do tráfico de drogas e de armamento, não só em áreas de fronteiras, como dentro dos estados. No Rio Grande do Norte, com apoio da CSB, estamos trabalhando na conscientização para que a sociedade entre junto com a gente nessa briga", destaca.

O presidente da Federação Única Democrática de Sindicatos das Prefeituras, Câmaras Municipais, Empresas Públicas e Autarquias de Minas Gerais (FESERP-MG) e diretor da CSB, Cosme Nogueira, representou Central na manifestação em prol da PF. "Estamos totalmente solidários com os policiais federais, que vivem um momento gravíssimo. A Polícia Federal precisa ser reestruturada e de mais investimentos. Apoiamos a luta dos trabalhadores por abertura de concurso público, pelo fim do assédio moral e contra a defasagem salarial, além de outras reivindicações", listou o dirigente.

Portal Mundo Sindical

Sindicato paralisa obra por choque elétrico em operário

O Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Santos e região fez assembleia, na manhã desta sexta-feira (14), em construção, no Centro de São Vicente, onde um operário recebeu forte descarga elétrica.

O ajudante geral Valeriano Batista dos Santos, de 32 anos, sofreu duas paradas cardíacas e está internado, em estado grave, na unidade de terapia intensiva do Hospital Municipal de São Vicente, antigo Crei.

O diretor do sindicato Roberto de Carvalho 'Betão' informa que os trabalhadores, da empreiteira majoritária Serlan e da RA Construções, onde Valeriano é empregado, paralisaram as atividades.

"Os companheiros estão bastante revoltados com as condições de trabalho e preocupados com a possibilidade de novos acidentes", explica 'Betão'. Os 80 trabalhadores continuarão parados na segunda-feira (17).

O edifício comercial em construção, Helbor, fica na esquina das ruas Benjamin Constant e XV de Novembro, onde funcionava o ginásio Robinho, que foi demolido, ao lado do clube Tumiaru.

O presidente do sindicato, Macaé Marcos Braz de Oliveira, diz que o pessoal só voltará ao trabalho quando a construtora e as empreiteiras providenciarem.

Segundo testemunhas, Valeriano trabalhava na armação de ferros para concretagem e usava um equipamento para enrolar arame quando recebeu a descarga, na tarde de quinta-feira.

O delegado do 1º DP de São Vicente, Marcos Alexandre Alfino, disse ao jornal 'A Tribuna' digital que o aparelho usado pela vítima estava numa bancada metálica, dentro de uma estrutura de ferro.

"Então, tudo ficou propício para que ocorresse o acidente. Agora resta saber se o trabalhador estava com as luvas e com os devidos materiais que impedissem esse choque elétrico", declarou o delegado.

Fonte: Diário do Litoral - 17/03/2014

Portal Mundo Sindical

Sinpro-SP: Sem aumento não tem acordo!

Os professores da educação básica reivindicam 8% de reajuste nesta campanha salarial. O índice recompõe as perdas inflacionárias pela média do ICV-DIEESE, INPC-IBGE e IPC-FIPE (5,3%) e garante aumento real correspondente à metade da inflação (2,7%), tal como estabelece a pauta aprovada pela categoria em assembleia.

Nada mais justo. Ainda mais porque as escolas subiram as mensalidades acima da inflação, alegando ter que pagar o aumento dos professores. Só que na prática os representantes patronais insistem na proposta de zero aumento real, como deixaram claro na última rodada de negociação.

O SINPRO-SP, ao lado dos demais sindicatos articulados na campanha salarial unificada no estado, repudia tal proposta que faz parte do "saco de maldades" dos donos de escola como estratégia de desmonte da convenção coletiva. Eles voltaram a defender o fim das férias coletivas dos professores, redução do recesso, permissão para contratar por salários mais baixos.

Os professores precisam mostrar sua força para pressionar os patrões pelo aumento real, manutenção e ampliação dos direitos da convenção coletiva. Por isso, a participação dos colegas na assembleia que o Sindicato realiza no dia 22 de março, às 10 horas, é tão importante. Será o momento de discutir as estratégias de luta em defesa das reivindicações de nossa categoria.

A assembleia acontecerá no auditório do Sindicato (Rua Borges Lagoa, 170).

Fonte: Sinpro SP - 17/03/2014

Diap, 17/03/14

Semana inicia com posse de ministros; e Congresso vota vetos

Na ressaca do cabo de guerra entre o governo e o bloco da Câmara, liderado pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a semana inicia com a solenidade de posse de seis novos ministros anunciados pela presidente Dilma Rousseff na semana passada.

A posse dos ministros está agendada para as 10h desta segunda-feira (17) no Palácio do Planalto. Assume o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o ex-presidente da Petrobras Biocombustível e ex-ministro, Miguel Rossetto. O vice-presidente de governo da Caixa Econômica Federal, Gilberto Occhi, será o novo ministro das Cidades. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação será dirigido pelo reitor da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), Clelio Campolina Diniz.

O Ministério da Pesca e Aquicultura terá como titular o senador Eduardo Lopes (PRB-RJ), que substituiu o titular do mandato, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). O secretário de Política Agrícola, Neri Geller, assumirá o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O Ministério do Turismo será ocupado pelo gerente de assessoria internacional do Sebrae, Vinicius Nobre Lages.

Congresso Nacional

Nesta terça-feira (17), o Congresso Nacional vai se reunir para analisar vetos presidenciais. A sessão está marcada para 19h no plenário da Câmara. Estarão em pauta 12 vetos, sendo o mais

polêmico aquele que rejeitou integralmente o projeto que facilitava a criação de municípios (PLP 416/08). A presidente Dilma Rousseff vetou totalmente o substitutivo da Câmara à proposta que, em tese, possibilitaria a criação de aproximadamente 400 novas cidades. Na mensagem ao Congresso, Dilma diz que o texto contraria o interesse público, já que os novos municípios poderão gerar despesas sem a criação de novas receitas.

O veto a pontos da minirreforma eleitoral (PL 6.397/13, do Senado), aprovada pelo Congresso em novembro e transformada na Lei 12.891/13, também deve gerar discussões. Os vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO, Lei 12.919/13) para 2014 também poderão ser analisados esta semana.

Câmara dos Deputados

O Marco Civil da Internet, projeto que estabelece direitos e deveres para usuários e provedores da rede mundial de computadores no País, deve voltar ao plenário da Câmara dos Deputados para discussão nesta terça-feira (18). O debate e votação do projeto - que tranca a pauta da Casa desde outubro de 2013, quando venceu o prazo do regime de urgência constitucional para sua tramitação - tem sofrido vários adiamentos. Na semana passada, o texto foi retirado da pauta a pedido do governo após desentendimentos com a base aliada, especialmente o PMDB.

Senado Federal

Um dos destaques na agenda do Senado esta semana será a presença do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. O ministro irá ao Senado na terça-feira (18) para falar sobre a situação da economia. Também terá de explicar denúncias sobre apropriação ilegal de cadernetas de poupança inativas por parte da Caixa Econômica Federal. A audiência será na Comissão de Assuntos Econômicos e está marcada para as 11h. A visita é realizada de forma regular, geralmente a cada três meses. De acordo com o Regimento Interno do Senado, o presidente do Banco Central "participará de audiências públicas na CAE para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária".

Caged de fevereiro

Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, divulga em Florianópolis (SC) os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), relativo ao mês de fevereiro. A divulgação acontece, nesta segunda-feira (17), às 16h30, no Centro Administrativo, na SC-401. O anúncio será feito juntamente com o governador do Estado, Raimundo Colombo. Após o anúncio, o ministro concede coletiva à imprensa. Os dados vão estar disponíveis no site do MTE (http://portal.mte.gov.br/caged_mensal/principal.htm#3) a partir das 16h30.

Pesquisa Ibope

Ibope registrou pesquisa de intenção de voto para presidente da República no Tribunal Superior Eleitoral. A coleta, com 2002 eleitores, começou na última quinta-feira (13) e vai até a próxima quinta (20). Pela lei eleitoral, a divulgação pode ocorrer a partir desta terça-feira (18), cinco dias após o registro. Porém, como a coleta será feita até quinta-feira, os resultados podem ser publicados a partir de sexta-feira (21). Entre as perguntas do instituto, está a se o eleitor quer mudanças no governo, mas com a presidente Dilma ou outro presidente.

Confaz

Secretários estaduais de Fazenda discutem sugestão de emenda que será apresentada ao senador Luiz Henrique (PMDB-SC) no sentido de convalidar os benefícios fiscais concedidos pelos estados a empresas, mas que não foram aprovados de forma unânime pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). A emenda será incluída no projeto que trata da mudança de indexador da dívida de estados e municípios com a União. A expectativa é que o assunto seja discutido na Comissão de Constituição e Justiça do Senado no dia 26 de março.

Centrais sindicais

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) receberá dirigentes das centrais sindicais na terça-feira (18), às 15h30. A reunião foi solicitada em novembro do ano passado com o propósito de dialogar e negociar com a Casa a pauta prioritária das centrais nas questões referentes a condições de trabalho e salário.

Entre os itens da pauta destaque para: redução da jornada de trabalho, fator previdenciário, terceirização (PL 4.330), Convenção 151 OIT - negociação e greve no setor público, correção da tabela do Imposto de Renda, PEC do trabalho escravo, regulamentação do emprego doméstico, desoneração da folha de pagamento e financiamento das entidades sindicais.

Trabalho escravo

A propósito dos itens que as centrais sindicais vão debater com o presidente do Senado, destaque para a PEC do trabalho escravo (PEC 57A/99), que consta na pauta de deliberações da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal. Na reunião desta quarta-feira (19), pode ser votado o parecer do relator, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), com voto pela

rejeição da emenda apresentada no plenário da Casa. A comissão se reunirá a partir das 10h, no plenário 3, da Ala senador Alexandre Costa da Casa.

Greve

A CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) marcou para os dias 17, 18 e 19 de março uma greve nacional. Como no ano passado, trabalhadores da educação de todos os 26 estados mais o Distrito Federal paralisam as atividades na luta pela valorização da educação pública e da categoria. Na quarta-feira (19) os trabalhadores estarão reunidos para um grande ato em Brasília.

A agenda de luta abrange algumas questões pontuais como o cumprimento da Lei do Piso; Plano de Carreira para todos os trabalhadores em educação; investimento dos royalties do petróleo na valorização da categoria; votação imediata do Plano Nacional de Educação com 10% do PIB destinado à educação pública; contra o projeto de reajuste do Piso pelo INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e a proposta dos governadores para o reajuste do piso.

Posse no TSE

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio, dará posse, na terça-feira (18), ao novo ministro substituto da Corte, Teori Zavascki. A vaga foi aberta após o ministro Gilmar Mendes ter sido empossado como titular do TSE. A solenidade será no Salão Nobre do Tribunal, às 18h30. Zavascki foi eleito para o cargo pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), corte a qual é integrante desde setembro de 2012. Essa é a segunda vez que o ministro é escolhido membro substituto. Em 2011, ocupou o cargo de representação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na Corte Eleitoral.

1ª Semana Nacional do Tribunal do Júri

O Conselho Nacional de Justiça e os 27 tribunais de Justiça promovem de 17 a 21 de março a 1ª Semana Nacional do Tribunal do Júri. O evento visa contribuir para o alcance da Meta 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), que prevê o julgamento, até outubro de 2014, de todas as ações penais de homicídios dolosos que tenham recebido denúncia até 31 de dezembro de 2009. A previsão é realizar 3 mil sessões do Tribunal do Júri, em todo o País. A iniciativa está prevista na Recomendação CNJ 47, que dispõe que os tribunais realizem, pelo menos, uma sessão do Júri por dia durante a semana.

Direitos autorais

O Supremo Tribunal Federal (STF) realiza nesta segunda-feira (17) audiência pública para tratar das alterações na Lei dos Direitos Autorais. Relator das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins 5062 e 5065) em que se discute o tema, o ministro Luiz Fux disse que espera ouvir dos próprios artistas seus argumentos em relação às questões trazidas pelas Adins. A audiência terá início às 14h, na sala de Sessões da 1ª Turma do STF, e será transmitida pela TV Justiça e Rádio Justiça. *(Com Arko Advice)*

Veja, a seguir, a previsão dos principais acontecimentos políticos desta semana:

Segunda-feira (17)

- Tomam posse os novos ministros do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto; das Cidades, Gilberto Occhi; da Pesca e Aquicultura, senador Eduardo Lopes; da Ciência, Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina Diniz; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller; e do Turismo, Vinicius Nobre Lages.

- Ministro da Fazenda, Guido Mantega, se reúne com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Jacob Lew, às 18h, em São Paulo. Antes disso, às 16h, Mantega se encontra com representantes do setor varejista.

- Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, divulga em Florianópolis (SC) os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), relativo ao mês de fevereiro. A divulgação acontece às 16h30, no Centro Administrativo, na SC-401. O anúncio será feito juntamente com o governador do Estado, Raimundo Colombo. Após o anúncio, o ministro concede coletiva à imprensa. Os dados vão estar disponíveis no site do MTE (http://portal.mte.gov.br/caged_mensal/principal.htm#3) a partir das 16h30.

- Presidente da Petrobras, Graça Foster, e o diretor de Exploração e Produção da companhia, José Formigli, apresentam balanço do Programa de Renovação de Frota de Apoio Marítimo (Prorefam) e anunciam o lançamento da 7ª rodada do programa.

- Instituto Brasileiro de Petróleo promove o Seminário Internacional de Biocombustíveis, que contará com a presença da Diretora-geral da ANP, Magda Chambriard, a presidente da Unica, Elizabeth Farina, o secretário de Petróleo, Gás e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia (MME), Marcos Almeida, entre outros.

- Sessão solene vai homenagear os 60 anos do Grupo Algar Telecom. Será no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados, às 10h.

- Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional promove audiência pública sobre a violência contra jornalistas, radialistas e outros comunicadores. Foram convidados, entre outros, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; e a ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário. Na sala 3 da ala Alexandre Costa, no Senado, às 14h.

- Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) promove audiência pública para debater a preservação da Floresta Nacional de Brasília. Será na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho, às 8h30.

- Comissão de Direitos Humanos realiza audiência pública para debater a persistência do analfabetismo no Brasil. Na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, às 9h.

- Sessão especial no plenário do Senado irá homenagear a Ordem de Molay, a partir das 11h.

- Abertas, a partir de hoje, inscrições para o Sisutec (Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica). Serão oferecidas mais de 290 mil vagas gratuitas em cursos técnicos na sua segunda edição. As inscrições estarão abertas até o dia 21 de março para os estudantes que fizeram o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).

- Presidente do Banco Central, ministro Alexandre Tombini, reúne-se com o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Jacob J. Lew, em São Paulo.

- Assinatura do contrato de concessão do Aeroporto do Galeão, no Rio, vencida pela Odebrecht.

Terça-feira (18)

- Câmara dos Deputados tenta, mais uma vez, votar o Marco Civil da Internet.

- Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, participa de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, às 11h.

- Prefeitos de todo o País discutem em Brasília, em evento promovido pela Associação Brasileira de Municípios, projetos de saneamento, resíduos sólidos, programa Mais Médicos, entre outros temas.

- Sessão do Congresso Nacional para analisar vetos presidenciais.

- Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulga o Coeficiente de Abertura Comercial, que revela o grau de integração da economia brasileira com a economia mundial.

- Reunião da base aliada na sala da Liderança do Governo, às 9h30.

- Sessão Solene, às 10h, fará homenagem aos heróis da luta contra a discriminação racial Abdias do Nascimento e Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar; e aos 130 anos da abolição da escravidão no Ceará. No Plenário Ulysses Guimarães da Câmara Federal.

- Secretaria da Mulher da Câmara promove, às 10h, no Auditório Nereu Ramos, a palestra "Mulheres e Cuidados Defensivos, o Krav Magá".

- Núcleo de Gestão Socioambiental da Câmara dos Deputados (EcoCâmara) realiza a Mesa-redonda: "Medidas alternativas para o uso da água", no plenário 7, às 10h.

- Visita técnica internacional de servidores do Parlamento Europeu à Câmara, no Salão Nobre, às 14h. O evento é promovido pelo Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia.

- Comissão especial sobre aposentadoria por invalidez (PEC 170/12) realiza audiência pública com o ministro do Trabalho, Manoel Dias. Será no plenário 7, da Câmara Federal, às 14h30.

- Comissão especial que regulamenta o marketing multinível (PL 6.667/13) promove, às 14h30, audiência pública com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot; e com o defensor público-geral da União, Haman Tabosa de Moraes e Córdoba; entre outros convidados. Será no plenário 11, da Câmara Federal.

- Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público faz audiência pública sobre o aumento da tabela do SUS para os laboratórios de análises clínicas. Foram convidados representantes do Ministério da Saúde; do Ministério Público Federal; do Sindicato dos Laboratórios de Análises Clínicas do Rio Grande do Sul; da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas; e da Confederação das Santas Casas. Em local a definir, às 14h30.

- Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado analisa projeto que concede incentivo tributário a pessoas jurídicas que auxiliem na capacitação profissional de jovens em abrigo ou casas de reabilitação. A reunião do colegiado iniciará às 11h, na sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa.

- Comissão de Assuntos Sociais promove audiência sobre o sistema regulatório da pesquisa clínica de medicamentos no país. Será às 11h, na sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa.

- Audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania faz, às 14h, audiência pública para instrução de proposta sobre a carreira de procurador municipal e ainda a que equipara os procuradores das autarquias e das fundações públicas com os procuradores de estados e municípios. Será no plenário 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

- Comissão mista sobre a MP 630/13 vai se reunir, às 14h30, para apreciação do relatório da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). A medida provisória permite a contratação de obras em presídios

pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Será na Sala 2 da ala Nilo Coelho, no Senado.

- Secretaria da Mulher da Câmara apresenta, às 16h30, a Plataforma Mais Mulheres no Poder. O evento será no Hall da Taquigrafia da Câmara.
- PSol realiza o Seminário "Democracia direta, participação popular e democratização dos meios de comunicação". Será no Auditório Freitas Nobre, às 19h.
- IBGE apresenta Pesquisa Mensal de Serviços referente a janeiro.
- IBGE apresenta Pesquisa Industrial Mensal: Emprego e Salário referente a janeiro.

Quarta-feira (19)

- Comissão Mista do Congresso que discute a MP 627, que trata da tributação de subsidiárias brasileiras no exterior, pode votar o parecer do relator, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

- Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara debatem a importância e os impactos sociais, econômicos e ambientais da Zona Franca de Manaus com o governador do Amazonas, Omar Aziz, o superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Afonso Queiróz Nogueira, entre outros.

- Supremo Tribunal Federal (STF) retoma o julgamento sobre modulação da decisão que julgou parcialmente inconstitucional a Emenda Constitucional (EC) 62/09, que instituiu o novo regime especial para o pagamento de precatórios.

- Sessão solene do Congresso Nacional fará lançamento da campanha institucional Mulher na Política, promovida pelo Congresso Nacional e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No plenário do Senado, às 12h.

- Comissão de Legislação Participativa da Câmara Federal promove Seminário sobre a regulamentação da jornada de trabalho dos profissionais de enfermagem. Será no Auditório Freitas Nobre, a partir das 9h.

- Câmara dos Deputados e Organização Global de Parlamentares contra a Corrupção realizam Seminário Internacional de Combate à Corrupção. O evento será no Auditório Nereu Ramos, a partir das 9h.

- Continua, a partir das 9h, visita técnica de servidores do Parlamento Europeu à Câmara.

- Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público faz audiência pública para debater a condenação da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) por terceirização ilegal e por impor aos seus empregados do interior do estado condições de trabalho consideradas análogas às de escravo. Foram convidados representantes do Ministério Público do Trabalho de Pernambuco; da Celpe; e do Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco (Sindurb-PE). No plenário 12, do Anexo II da Câmara, a partir das 9h30.

- Comissões de Minas e Energia; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e de Fiscalização Financeira e Controle promovem, às 10h, audiência pública sobre a crise no sistema elétrico brasileiro e suas consequências para o desenvolvimento do País. Foi convidado o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann. Será no plenário 14, da Câmara Federal.

- Comissão especial sobre a transposição hidroviária de níveis (PL 5.335/09) promove audiência pública com representantes dos setores minerário, do agronegócio e da indústria sobre o transporte hidroviário. No plenário 14, da Casa, a partir das 1430.

- Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) analisa a indicação, pela Presidência da República, de Mário Povia e Fernando José de Pádua Costa Fonseca para o cargo de diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Será a partir das 7h30, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa.

- Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode votar projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para instituir o adicional por tempo de serviço aos empregados que recebem salário mensal igual ou inferior a dois mínimos. A reunião da comissão será na sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, a partir das 9h.

- Ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wellington Moreira Franco, e o presidente da Infraero, Antonio Gustavo Matos do Vale participam de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional sobre as obras que estão sendo realizadas em aeroportos visando a Copa do Mundo. Na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, às 9h.

- Reunião da Comissão de Modernização do Código de Defesa do Consumidor para votação do relatório final. Às 14h, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa.

- Apreciação de relatório da Comissão Mista sobre a MP 631/13, que facilita a transferência de recursos para áreas atingidas por desastres. Na sala 6 da ala Nilo Coelho, no Senado, às 14h30.

Quinta-feira (20)

- Secretários estaduais de Fazenda se reúnem com o senador Luiz Henrique (PMDB) para discutir proposta de convalidação de benefícios fiscais concedidos a empresas, mas que não foram aprovados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

- Ibope conclui pesquisa de intenção de voto para presidente da República.

- Sessão especial no plenário do Senado Federal, a partir das 12h, vai lembrar o Dia Internacional da Síndrome de Down, celebrado em 21 de março.

- Frente Parlamentar em Defesa dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias realiza ato público em defesa do reconhecimento, da valorização e da regulamentação da profissão e do piso salarial da categoria. Será no Auditório Nereu Ramos da Câmara Federal, às 9h.

- Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz) realiza debate sobre as perspectivas de revisão do panorama tributário brasileiro e o estabelecimento de uma nova base legal para o setor. Será no Auditório Freitas Nobre, Anexo 4 da Câmara Federal, a partir das 9h.

- Bancada Feminina reúne-se, às 10h, com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para debater a cota eleitoral de gênero, visando assegurar a participação de homens e mulheres no cenário político nacional. A reunião será na Procuradoria-Geral da República.

- Ainda como parte da visita técnica internacional de servidores do Parlamento Europeu à Câmara, haverá uma reunião, às 14h, para discutir a cooperação em matéria legislativa entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados; a interação e a comunicação no assessoramento parlamentar; e "mídias digitais e a Lei de Acesso à Informação". O encontro será no Salão Nobre da Câmara Federal.

- Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), debate a partir das 8h30 as políticas públicas para pessoas com síndrome de Down. A reunião ainda não tem local definido.

- Comissão de Relações Exteriores promove, às 10h, audiência pública interativa para debater a agenda do Mercosul para este ano, com a presença do ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Mauro Borges Lemos. Será no plenário 7, da Ala Senador Alexandre Costa.

- Comissão de Assuntos Sociais vai debater a extinção da profissão de técnico em contabilidade em audiência pública que ouvirá, entre outros convidados, o presidente da Federação dos Contabilistas nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, Luiz Sérgio da Rosa Lopes. Na sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, a partir das 10h30.

Sexta-feira (21)

- Prevista divulgação de pesquisa Ibope sobre sucessão presidencial.

- Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulga a Confiança do Empresário Industrial (Icei).

- Reunião para discutir a prospecção de temas de interesse para cooperação técnica internacional entre a Câmara dos Deputados e o Parlamento Europeu. O encontro encerra a visita técnica internacional de servidores do Parlamento Europeu à Câmara. No Salão Nobre da Câmara, às 9h.

- Sessão especial do Senado Federal, às 11h, para lembrar o Dia Internacional contra a Discriminação Racial e o centenário de nascimento do ex-senador e militante do movimento contra a discriminação racial, Abdias do Nascimento.

- IBGE divulga Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 relativo ao mês de janeiro.

- IBGE divulga Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial do primeiro trimestre de 2014 (jan/fev/mar).

Diap, 17/03/14

CCJ do Senado aprecia novamente PEC do Trabalho Escravo quarta (19)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Colegiado reúne-se terça (18) e quarta-feira (19), às 14h e 10h, na Ala senador Alexandre Costa, plenário 3.

A CCJ fará duas reuniões nesta semana, uma audiência pública na terça (18) e a apreciação de proposições na quarta-feira (19). A audiência vai ser a partir das 14h para discutir mudanças nas procuradorias municipais.

Trabalho escravo

Destaque para a PEC do trabalho escravo (PEC 57A/99), que consta na pauta de deliberações da Comissão do Senado Federal. Na reunião desta quarta-feira, pode ser votado o parecer do relator, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), com parecer pela rejeição da emenda apresentada no plenário da Casa.

Carreira dos procuradores municipais

A CCJ faz audiência pública para discutir a PEC 17/12, que organiza a carreira de procurador municipal, e a PEC 39/12, que equipara os procuradores das autarquias e das fundações públicas com os procuradores dos estados e dos municípios.

Foram convidados para os debates, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais (ANPM), Antônio Guilherme Rodrigues de Oliveira; o diretor-presidente da Associação Brasileira de Advogados Públicos (Abrap), Marcos Vitorio Stamm; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF (Anape), Marcello Terto e Silva; e o procurador-geral do Espírito Santo (PGE), Rodrigo Marques de Abreu Júdice.

Justiça do Trabalho

Entre as matérias que poderão ser apreciadas pela CCJ nesta quarta-feira (19), chamamos atenção para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 42/05, do senador Paulo Paim (PT-RS), que amplia as competências da Justiça do Trabalho.

A proposição altera o inciso I do artigo 109, e inciso VI e parágrafo 2º do artigo 114 da Constituição Federal, atribuindo à Justiça do Trabalho competência para processo e julgamento de causas originadas de acidentes de trabalho por dolo ou culpa do empregador e dissídio coletivo de trabalho.

O relator da PEC, senador Humberto Costa (PT-PT), emitiu parecer favorável à matéria nos termos do substitutivo que apresenta. Sendo aprovada na CCJ, a PEC 42/05 ainda deverá ser apreciada e aprovada em dois turnos no plenário do Senado.

Reintegração de demitidos da Caixa

Volta à pauta da CCJ o PLS 76/07, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que garante o direito de reintegração aos empregados da Caixa Econômica Federal (CEF) demitidos de 1995 a 2003. O projeto conta com parecer pela aprovação do relator, senador Randolfe Rodrigues (PSol-AP).

Plebiscito sobre federalização do ensino básico

A Comissão de Constituição e Justiça poderá votar, entre outras matérias, o PDS 460/13, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que convoca plebiscito para consultar o eleitorado nacional sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica. A matéria, relatada pelo senador Pedro Taques (PDT-MT), conta com parecer favorável.

Equipamentos para deficientes visuais nos bancos

O PLS 104/11, da senadora Ângela Portela (PT-RR), que obriga as instituições bancárias de instalarem equipamentos de autoatendimento para deficientes visuais poderá ser outro item apreciado na CCJ. A proposição conta com parecer favorável do relator, senador Blairo Maggi (PR-MT).

Agências reguladoras

A CCJ poderá votar dois projetos que alteram a Lei 9.986, que dispõe sobre as agências reguladoras. O primeiro, PLS 464/07, de autoria do senador Delcídio do Amaral (PT-MS) e com parecer favorável do relator, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), busca disciplinar o período de vacância que anteceder à nomeação de novo conselheiro ou diretor.

O segundo projeto, PLS 507/07, do senador Jayme Campos (DEM-MT) e com relatoria a cargo do senador Luiz Henrique (PMDB-SC), disciplina regras para a exoneração de dirigentes das agências reguladoras. O parecer do relator é favorável à matéria.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Colegiado reúne-se terça-feira (18), às 10h, na Ala senador Alexandre Costa, plenário 19.

O colegiado fará duas reuniões na terça-feira. A primeira, a partir das 10h, para apreciar a pauta, em seguida, realiza audiência pública com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, às 11h.

Substituição tributária

A Comissão agendou apenas três proposições para serem apreciadas antes da audiência pública. Entre elas, o PLS 323/10 – complementar, de autoria do senador Alfredo Cotait (DEM-SP).

Composto de apenas dois artigos, a matéria tem como objetivo único vedar a aplicação da substituição tributária nas saídas destinadas a contribuintes optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional.

A medida afeta diretamente os estados, visto ser de sua competência o tributo focado pela proposição — o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

O relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE), emitiu parecer favorável, na forma do substitutivo que apresenta, tendo em vista a perda dos benefícios fiscais causados pela substituição tributária às micro e pequenas empresas do Simples Nacional.

Política monetária e contas inativas da Caixa

A partir das 11h, a CAE fará audiência pública com a presença do presidente do Banco Central, ministro Alexandre Tombini, para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária, bem como esclarecer a operação da Caixa Econômica Federal, referente às cadernetas de poupança inativas.

A temperatura desse debate deve ser alta. A oposição não vai perder a oportunidade de questionar o ministro sobre o balancete da CEF com o suposto lançamento de lucro de valores depositados em contas sem movimento na instituição.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Colegiado reúne-se quarta-feira (19), às 9h, na Ala senador Alexandre Costa, plenário 9.

Mudança nas regras do Programa Bolsa Família

Dentre as propostas pronta para votação na pauta desta semana do colegiado, destaque para a polêmica em torno do PLS 458/13, do senador Aécio Neves (PSDB-MG), que altera a Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar.

O projeto estabelece em lei as regras para o desligamento de beneficiários do Bolsa Família, hoje inseridas em decreto presidencial, e propõe que as condições de permanência no programa sejam avaliadas a cada dois anos. Caso se altere a situação de elegibilidade familiar, o benefício continuaria a ser pago por mais seis meses.

No colegiado poderá ser votado o parecer da relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), pela aprovação do projeto. Foi apresentado voto em separado pelo senador Humberto Costa (PT-PE), pela rejeição da matéria.

Jornada de trabalho do cirurgião dentista

Também pode ser votada pelos senadores o PLS 184/13, do senador Gim Argello (PTB-DF), que dispõe sobre a jornada de trabalho do cirurgião dentista da Administração Pública Federal Direta, das autarquias e das fundações públicas federais.

Segundo a proposta a jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de cirurgião dentista será de quatro horas diárias e vinte horas semanais e os atuais ocupantes do referido cargo, que cumprem jornada de trabalho de seis horas diárias e trinta horas semanais, não terão diminuídos os vencimentos ao se submeterem à nova jornada.

E também define que os ocupantes do cargo poderão exercer suas atividades em jornada de oito horas diárias, observada a disponibilidade financeira e orçamentária.

No colegiado poderá ser votado o parecer do relator, senador Paulo Davim (PV-RN), pela aprovação com emenda que possibilita o pagamento em dobro da remuneração quando o cirurgião dentistas exercer suas atividades em jornada de oito horas diárias.

Adicional de periculosidade

Outra proposta que pode ser votada em decisão terminativa é o PLS 97/03, do senador Paulo Paim (PT-RS), que altera o parágrafo 1º do artigo 193 da CLT visando elevar o valor do adicional de periculosidade atualmente fixado em 30% sobre o salário para 50%.

No colegiado poderá ser votado o parecer do relator, senador Humberto Costa (PT-PE), pela rejeição do projeto.

Representante dos trabalhadores no conselho curador do FGTS

Os senadores podem apreciar ainda o PLS 49/12, do senador Paulo Bauer (PSDB-SC), que altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do estabelecimento de mecanismos de transparência e de prestação de contas do gestor e do agente operador do FGTS.

A proposta preconiza que as ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador, decorrentes das atividades desse órgão, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais e assegura aos membros do Conselho Curador, enquanto representantes dos trabalhadores, efetivos e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada por meio de processo sindical.

No colegiado poderá ser votado o parecer da relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS), pela aprovação do projeto, em decisão terminativa.

Adicional por tempo de serviço aos assalariados

Outra importante matéria que poderá ser votada pelos senadores é o PLS 63/12, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que altera o artigo 457 da CLT para instituir o adicional por tempo de serviço aos empregados que recebam salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos.

A proposição modifica a redação do parágrafo 1º do artigo 457 da CLT para dispor que integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens,

gratificações ajustadas, diárias para viagens, abonos pagos pelo empregador e também o adicional por tempo de serviço.

Além disso, acrescenta-se ao artigo 457 da CLT um novo parágrafo (4º) para estabelecer o valor do adicional por tempo de serviço. Assim, após cada período de três anos de vigência do contrato de trabalho, o empregado que receba salário básico mensal igual ou inferior a dois salários mínimos terá direito a adicional por tempo de serviço, em valor correspondente a 5% do seu salário básico, até o máximo de 50%.

No colegiado poderá ser apreciado o parecer do relator, senador Paulo Paim (PT-RS), pela aprovação do projeto, com emendas.

Negociação de banco de horas

Retorna a pauta para discussão e votação em decisão terminativa o PLS 88/13, do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que acrescenta parágrafo 5º ao artigo 59 da CLT, para dispor sobre a negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante será reexaminado pelo relator, senador João Vicente Claudino (PTB-PI), na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

A proposta permite às empresas que tenham empregados de categorias profissionais diferentes realizar contrato ou acordo coletivo de trabalho válido para todos os seus empregados, diretamente com o sindicato da categoria preponderante, no tocante às regras do "banco de horas", ficando prejudicadas cláusulas semelhantes de outros acordos ou convenções coletivas de trabalho.

No colegiado poderá ser votado o parecer favorável do relator, senador João Vicente Claudino (PTB-PI), com uma emenda que inclui o regime de jornada facultativa, cujo objetivo consiste em permitir a negociação individual ou coletiva da duração do trabalho, em lugar da necessidade de alterar leis específicas.

Em relação atividade ou profissões com jornada diferenciadas, a emenda permite a extensão continuada da jornada de trabalho, dentro do teto constitucional de 44 horas semanais, mediante incorporação proporcional de salários, correspondente ao aumento da duração da jornada, além do adicional de 20% sobre o valor das horas acrescidas.

Ausência do trabalhador para exames médicos

Ainda nesta reunião poderá ser votado o PLS 337/13, da senadora Angela Portela (PT-RR), que altera a CLT, para instituir o direito de não comparecimento ao trabalho para a realização de exames médicos.

No colegiado poderá ser votado o parecer do relator, Paulo Davim (PV-RN), pela rejeição, em decisão terminativa.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Acontece quinta-feira (20), às 10h30, na Ala senador Alexandre Costa, plenário 9.

Extinção da profissão de técnico em contabilidade

Colegiado realiza audiência pública com a finalidade de debater com especialista a extinção da profissão de técnico em contabilidade nesta. O debate foi solicitado pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados o presidente da Federação dos Contabilistas nos estados do RJ, ES e BA, Luiz Sergio da Rosa Lopes; o professor especialista em Contabilidade e Auditoria, Oscar Lopes da Silva; o ex-presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Juarez Domingues Carneiro; o contador e professor universitário, Marcone Hahan de Souza; o ex-presidente do Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre, Daniel Souza dos Santos; e representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Portal da CUT

Justiça interpela ministro que duvidou das doações a Dirceu, Delúbio e Genoio

17/03/2014

Interpelação atende a 200 pessoas ofendidas pela insinuação de Gilmar Mendes, do STF, de que doações para pagamento de multas dos presos era lavagem de dinheiro

Escrito por: JB e Brasil 247

O ministro Gilmar Mendes do Supremo Tribunal Federal (STF) será interpelado judicialmente por mais de 200 pessoas que sentiram ofendidas com suas insinuações de que as doações feitas aos petistas condenados pela Ação Penal 470 para pagamento das multas teriam sido lavagem de dinheiro. Segundo o Blog da Cidadania, que propôs a reunião dos doadores, recebeu na última semana todas as informações para dar início à ação.

Leia abaixo a íntegra da notícia publicada no blog Brasil247.

Após mais de um mês, finalmente chega ao fim uma verdadeira epopeia para reunir mais de duas centenas de pessoas dispostas a interpelar o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar

Mendes por ter afirmado que os cidadãos que doaram recursos financeiros aos condenados pelo julgamento do mensalão estariam envolvidos em "lavagem de dinheiro".

A iniciativa foi proposta por este Blog no dia 14 de fevereiro. O texto propôs interpelação judicial do ministro, para que explique suas acusações genéricas e sem provas. Essa proposta recebeu 532 comentários favoráveis.

Pela lógica, no entanto, como José Dirceu, José Genoino, Delúbio Soares e João Paulo Cunha receberam milhares e milhares de doações, o número de interessados em interpelar Mendes deveria ter sido muito maior. Mas não é assim que as coisas funcionam. Interpelar judicialmente um ministro do STF não é igual a colocar seu nome em um abaixo-assinado na internet.

Enfim, diante dessas centenas de pessoas inconformadas com as declarações de Mendes, o Blog, com o auxílio de duas leitoras, fez uma triagem e chegou ao número de 411 pessoas que se mostraram dispostas a levar a cabo a iniciativa da interpelação.

Havia um sentimento difuso de que alguma reação se fazia necessária. Assim, o signatário desta página saiu em busca de um advogado que se dispusesse a levar essa iniciativa adiante. Não foi fácil. Três advogados consultados preferiram não se envolver por terem causas no STF que acreditaram que poderiam ser prejudicadas caso interpelassem um ministro daquela Corte.

É uma barbaridade ou não é advogados acreditarem que pode acontecer uma retaliação na Suprema Corte de Justiça do país? Isso diz muito – até demais – sobre a nossa democracia.

Seja como for, acabei encontrando um escritório de advocacia disposto a levar o processo de interpelação adiante. São três advogados jovens – dois com pensamento de esquerda e um de direita. E cobraram caro para promover a interpelação, até porque terão que organizar centenas de nomes, verificar centenas de documentos, dando tratamento individual a cada cidadão.

Por conta desse sentimento de que o cidadão brasileiro ainda não é totalmente livre para exercer seus direitos, das 411 pessoas que receberam e-mails deste Blog com a relação de documentos que deveriam enviar para participar da ação, após semanas 214 dessas pessoas enviaram tudo que foi pedido até o prazo final para adesão – o último dia 12.

A partir daqui, não poderá haver mais adesões.

As pessoas que se dispuseram a levar adiante essa iniciativa estão assumindo uma responsabilidade muito séria e é compreensível que essa maioria esmagadora dos doadores não tenha querido participar.

Contudo, foi um ato de extrema coragem e ousadia dos que aderiram, pois, neste país, ainda subsistem os efeitos deletérios gerados por duas décadas de ditadura militar.

Em uma democracia na acepção da palavra, um ministro do Supremo Tribunal Federal é apenas um servidor público. Não tem mais ou menos direitos do que o mais humilde dos cidadãos. Contudo, Mendes tem fama de ser vingativo e truculento. Pelo menos é o que dizem por aí. Sendo ou não justificada essa fama, foi o que bastou para intimidar as pessoas.

Claro que outros sentimentos também se fizeram presentes. Muitos julgam que não têm o que explicar e que se esse ministro vê alguma ilegalidade no processo de arrecadação aos condenados do mensalão, ele que prove. Afinal, apesar do famigerado Domínio do Fato – instrumento autoritário usado para condenar os réus do mensalão –, o ônus da prova ainda é de quem acusa.

Na semana que entra, portanto, o processo será finalizado. Na segunda-feira (17), enviarei nomes e documentos ao escritório de advocacia. Na terça-feira (18), irei até lá com cheque administrativo do valor arrecadado para pagar a ação. Como o advogado pediu dois dias para prepará-la, na sexta-feira (21) a interpelação será protocolada no STF.

Vale comentar, ainda, sobre pessoa de Minas Gerais que entrou antes com interpelação de Mendes. Uns 10 dias após eu ter encontrado um escritório de advocacia que aceitou representar as centenas de pessoas supracitadas, apareceu um advogado do interior dizendo que decidiu interpelar também o ministro, mas que a interpelação teria que ser "em seu nome".

Não entendi direito o que propunha, mas, naquele momento, já havia enviado relação de documentos a centenas de pessoas e pelo menos uns 70% delas já havia retornado. Propus a esse advogado que esperasse terminarmos o processo de documentação dessas 214 pessoas, mas ele tinha pressa para chegar antes com a sua interpelação isolada.

Conforme vários advogados consultados por este Blog, porém, essa interpelação de uma só pessoa não terá legitimidade sequer parecida com a de outra que congrega 214 pessoas. Aliás, ação coletiva de 50 pessoas costuma ser considerada expressiva; de centenas de pessoas, então, mostrará ao Judiciário um sentimento latente na sociedade.

A medida que está sendo anunciada por esta página é histórica. Jamais grupo tão expressivo de cidadãos se organizou dessa forma para questionar tão alta autoridade da República por ter violado a honra de cidadãos comuns. Demorou para organizar toda essa gente, mas o processo chegou ao fim. 214 brasileiros exigirão satisfação de Gilmar Mendes.

Portal da CUT

Debate organizado pelo Grupo dos Trabalhadores da CNV mostra como empresas se beneficiaram e apoiaram a ditadura militar no País

17/03/2014

Especialistas avaliaram a necessidade de responsabilizar institucionalmente essas organizações

Escrito por: Agência Brasil

A participação de civis, especialmente do empresariado, no golpe militar de 1964 foi tema de seminário no sábado (15), na capital paulista, organizado pelo grupo de trabalho Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical em parceria com a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Na ocasião, quatro pesquisadores apresentaram trabalhos que mostram a forma como as empresas se beneficiaram e apoiaram a ditadura militar no país.

“Estamos buscando entender o elemento civil no golpe e na própria ditadura, sobretudo a participação de empresários. Esse documento vai compor o relatório final da comissão, porque é um tema fundamental para entender esse período”, declarou Rosa Cardoso, advogada criminalista e membro da CNV. As apresentações ocorreram no auditório da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Um dos trabalhos foi apresentado pela jornalista Denise Assis, que analisou o acervo em vídeo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês). Criado por empresários cariocas e paulistas, o grupo tinha como objetivo criar as bases de uma oposição para impedir o avanço dos ideais socialistas no país. “Foram produzidos 14 filmes que serviram de instrumento de convencimento da sociedade para que aceitasse e ansiasse pelo golpe”, explicou a pesquisadora.

Em seu trabalho de mestrado em história, Jorge José de Melo analisou o financiamento do empresariado paulista à Operação Bandeirantes (Oban), estrutura governamental que antecedeu o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi).

Ele estuda, sobretudo, a trajetória de Henning Albert Boilesen, presidente, à época, da empresa Ultragaz. “A estrutura da Oban foi montada por empresários, por iniciativa deles, e encampada pelo Exército. Houve uma participação civil maior [dos empresários] do que a gente imagina na ditadura brasileira”, avaliou.

O professor Pedro Campos, do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), apresentou sua tese sobre a participação das empreiteiras no financiamento do golpe militar. “Trata-se de uma ditadura militar, mas é necessário qualificar esse elemento civil.

Não foi toda a sociedade brasileira que aderiu à ditadura e ao golpe”, declarou. Durante o debate, avaliou-se que é preciso responsabilizar institucionalmente essas organizações, pois grupos que se fortaleceram naquele momento continuam existindo e detêm grande poder econômico.

O procurador da República, Marlon Alberto Weichert, mestre em direito constitucional, também contribuiu para o debate com a análise do financiamento dos atos de violação aos direitos humanos por empresários durante a ditadura militar.

Organizado por Ernesto Germano